

A Institucionalização dos Estudos Africanos nos Estados Unidos: Advento, Consolidação e Transformações

Em 2003, o governo brasileiro estabeleceu a obrigatoriedade do ensino de História da África em todos os níveis educacionais brasileiros. Nos últimos dez anos, em grande parte em função de financiamento de agências governamentais, universidades e do esforço pioneiro de pesquisadores e professores de várias universidades brasileiras, o quadro mudou substancialmente. Esta experiência têm paralelos com os caminhos trilhados em outra nação das Américas com forte vínculos africanos: os Estados Unidos da América. Nos dois países, gerações de intelectuais se dedicaram ao estudo da África fora dos confins acadêmicos e antes mesmo dos estudos africanos se tornarem parte dos currículos escolares. Ao contrário dos Estados Unidos, no entanto, onde os estudos africanos tiveram desde o início caráter fortemente interdisciplinar, a História da diáspora africana ocupa papel primordial na experiência brasileira. Tal característica difere fundamentalmente da experiência norte-americana, onde só recentemente estudos da diáspora africana foram plenamente agregados aos campo dos estudos africanos.

Contexto

Em 1959, uma pesquisa da *American Historical Association* (AHA) revelou que apenas um entre 1735 estudantes de pós-graduação (mestrado e doutorado) em História de tradicionais universidades americanas de elite (Yale, Harvard, Princeton e Columbia) tinha a África como área de especialização.¹ Na época, apenas 31 instituições americanas ofereciam cursos sobre África.² Poucas décadas mais tarde, o quadro mudaria dramaticamente. Em 1996, existiam cerca de 1000 doutorandos em estudos africanos (englobando não só História mas também áreas

¹ FEIRMAN, Steven. African History and the Dissolution of World Histories. In Robert Bates, V. Y. Mudimbe, Jean O'Barr. *Africa and the Disciplines: The Contributions of Research in Africa to the Social Sciences and Humanities*. Chicago: University of Chicago, 1987, p. 168.

² DRESSEL, Carol. The Development of African Studies in the United States. *African Studies Bulletin*, vol. 9, n. 3, 1966, p. 69.

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

correlatas como Antropologia, Sociologia e Ciências Políticas).³ De apenas 49 teses de doutorado entre 1951-1960, a produção sobre África avançou para 529 teses entre 2000 e 2001.⁴

Correlatamente, o número de centros de estudos africanos chegaria a mais de setenta, em 2002.⁵

Este avanço se refletiu diretamente na produção intelectual americana sobre África. Entre 1983 e 1993, 39% dos artigos publicados no *Journal of African History* (JAH) – talvez a mais importante publicação acadêmica sobre África na área de História - foram de autoria de norte-americanos.⁶ O pano de fundo para tal crescimento foi um efervescente contexto político - tanto na África como nos Estados Unidos: “o colapso do Congo combinado com o anúncio do novo programa em História tropical trouxe seis novos candidatos [para o doutorado em estudos africanos da University of Wisconsin]”.⁷ O outro pilar que impulsionou a institucionalização dos estudos africanos foi a luta pelos direitos civis dos Afro-Americanos, que enfraqueceu o racismo estrutural americano e levou a mudanças curriculares nas disciplinas oferecidas nas universidades. Como lembra Vansina, “selecionar este campo (estudos africanos) na turbulência dos anos sessenta constituía um compromisso com valores liberais (progressistas, no caso americano), o que para alguns [alunos e professores] incluía algum elemento de radicalismo”.⁸

Area Studies

Do ponto de vista metodológico, os estudos africanos eram parte dos chamados *area studies* (estudos latinos americanos, estudos soviéticos e etc), cujas principais características eram o estudo intensivo de língua locais, pesquisa de campo prolongada e a

³ BRIZUELA-GARCIA, Esperanza. *Decolonising African History: Crisis and Transitions in African Historiography (1940-1990)*. Londres, 2004, p. 124. Tese de Doutorado Inédita, School of Oriental and African Studies.

⁴ MCCANN, James. Title VI and African Studies: Prospects in a Polycentric Academic Landscape. *African Issues*, vol. 30, n. 2, 2002, p. 33.

⁵ BUNDY, Colin Bundy. Continuing a Conversation: Prospects for African Studies in the 21st Century. *African Affairs*, vol. 101, 2002, p. 65.

⁶ MCCRAKEN, John. African History in British Universities: Past, Present and Future. *African Affairs*, vol. 92, 367, 1993, p. 243.

⁷ CURTIN, *On the Fringes of History*, p. 132.

⁸ VANSINA, Jan. *Living with Africa*, p. 145.

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

interdisciplinaridade.⁹ Na base da criação dos *area studies*, residiam inquietações sobre o caráter eminentemente ocidental do conteúdo curricular e das diretrizes de pesquisa das universidades americanas. Até a década de 1940, apenas sessenta teses de doutorado, boa parte lidando com temas da antiguidade, haviam sido produzidas tendo como foco regiões do mundo não-ocidental.¹⁰

No final da década de sessenta, ilustrando a mudança dramática na composição dos docentes, assim como no conteúdo dos currículos das universidades, “trinta percento dos membros dos grandes departamentos de História faziam pesquisa e regularmente ensinavam sobre História do mundo não-ocidental”.¹¹ Esta mudança no perfil das universidades americanas marcaria um diferencial em relação as universidades européias e latino-americanas que se conserva até os dias atuais. Assim como na Europa e na América Latina, o departamento de história americano típico é concentrado na História dos Estados Unidos. No entanto, por conta das mudanças introduzidas pelos *area studies*, há um florescente debate sobre temas transnacionais e internacionalização de currículos.¹²

Mas a emergência dos *area studies* esteve longe de se caracterizar exclusivamente por uma agenda positiva. Além das agências de financiamento privado, os *area studies* seriam impulsionados por um ator tão fundamental quanto controverso: o governo americano. Esta associação mergulharia os *area studies* na geopolítica internacional americana, sobretudo a guerra fria, e geraria debates e disputas políticas que se mantêm até hoje no seio da African Studies Association (ASA). Como demonstrado por William Martin e Michael West, sem a competição militar, cultural e tecnológica com os soviéticos, seria difícil imaginar a torrente de recursos governamentais disponível na década de 1970.¹³

⁹ SZANTON, David L. The Origin, Nature, and Challenges of Area Studies in the United States. In: SZANTON, David L. eds. *The Politics of Knowledge: Area Studies and the Disciplines*. Berkeley: University of California Press, 2004.

¹⁰ SZANTON, The Origin, Nature, and Challenges of Area Studies in the United States, p. 5; WALLERSTEIN, Immanuel, The Unintended Consequences of Cold War Area Studies. In: CHOMSKY, Noam, eds. *The Cold War and the University: Toward an Intellectual History of the Postwar Years*. New York: New Press, 1997, p. 219.

¹¹ WALLERSTEIN, The Unintended Consequences of Cold War Area Studies, p. 219.

¹² TYRRELL, Ian. Reflection on the Transnational Turn in United States History: Theory and Practice. *Journal of Global History*, 4, 2009, pp. 453-474.

¹³ MARTIN e WILLIAM, The Ascent, Triumph, and Disintegration of the Africanist Enterprise, pp. 85-123.

A dimensão geopolítica destes investimentos é inegável. Em 1962, relatório do Departamento de Estado norte-americano afirmava que a África era “provavelmente o maior campo aberto de manobras na competição entre o bloco sino-soviético e o mundo não-comunista”.¹⁴ Só para estudos relacionados a África, o volume de recursos somaria 76 milhões de dólares entre 1949 e 1964.¹⁵ Um dos marcos do envolvimento governamental foi o Ato Educational de Defesa Nacional VI, em 1958, voltado sobretudo para o ensino de línguas africanas e que ainda hoje é um dos principais mananciais de recursos para os *area studies*.¹⁶

Segundo Brizuela-Garcia, os financiamentos governamentais foram críticos porque se tornaram maiores quando os recursos das agências privadas estavam minguando, na década de setenta.¹⁷ Do ponto de vista estritamente acadêmico, os resultados dos programas de financiamento governamental ficariam aquém das expectativas iniciais. Por exemplo, uma pesquisa de 1995 demonstra que até aquela data apenas metade dos doutorados em História da África haviam sido financiados com recursos do governo – os chamados fundos Title VI.¹⁸

Em contrapartida, a dependência dos estudos africanos em relação aos financiamentos do governo americano se tornaria uma questão das mais controversas na academia americana. Na época em que os primeiros financiamentos foram anunciados, Melville F. Herskovits, antropólogo e primeiro presidente da African Studies Association (ASA), atacou publicamente o uso da África nas estratégias governamentais da guerra fria.¹⁹ Numa análise do início dos anos setenta, Curtin dizia que foi apenas no período inicial dos programas de estudos africanos que o acesso a financiamento governamentais foi facilitado por causa da guerra fria.²⁰ Mais recentemente, contudo, o mesmo autor admitiria que “por volta de 1957, o lançamento do Sputnik pelos russos levou a passagem do Ato Educational de Defesa Nacional VI [em 1958]”.²¹

¹⁴ ROBINSON, Areas Studies in Search of Africa, p. 17.

¹⁵ STANILAND, Martin. Who needs African Studies? *African Studies Review*, vol. 26, ns. 3/4, p. 4.

¹⁶ MCCANN, Title VI and African Studies, p. 31.

¹⁷ BRIZUELA-GARCIA, Decolonising African History, p. 124.

¹⁸ MCCANN, Title VI and African Studies, p. 33.

¹⁹ STANILAND, Who Needs African Studies?.

²⁰ CURTIN, African Studies, p. 360.

²¹ BRIZUELA-GARCIA, Decolonising African History, p. 38.

Na verdade, a relação entre geopolítica e produção de conhecimento não é uma singularidade norte-americana. Na Inglaterra, como demonstra John Fage, um dos principais nomes da historiografia africanista inglesa, as ciências sociais – principalmente a antropologia – foram peças “chaves” para entender e melhor dominar sociedades africanas.²² A relação entre produção intelectual e a geopolítica colonial inglesa se tornou particularmente evidente com a fundação do Instituto Internacional Africano (IIA), em 1926, cujo objetivo foi eliminar a “falta de cooperação entre governos, missionários e cientistas” e “congregar acadêmicos, missionários e administradores coloniais”.²³ Entre 1942 e 1948, militares e funcionários da coroa britânica formavam o grosso dos alunos (34%) do IIA. Logo depois vinham diplomatas e funcionários do departamento de assuntos coloniais.²⁴

Metodologia

O primeiro programa americano de História da África, na Northwestern University, foi criado pelo renomado antropólogo Melville Herskovits, um especialista em populações afro-descendentes nos Estados Unidos que mais tarde faria pesquisa de campo na África e na América Latina. Como frisado anteriormente, Herskovits foi também o primeiro presidente da ASA, em 1957, refletindo não só o papel hegemônico que a antropologia teve no desenvolvimento inicial dos estudos africanos como também o peso institucional de Herskovits.²⁵

Contudo, seria a participação de outro antropólogo, o belga Jan Vansina, que daria contorno metodológico específico a historiografia africanista americana. Na University of Wisconsin, Vansina liderou, conjuntamente com Philippe Curtin, o mais influente programa de

²² FAGE, John. British African Studies since the Second World War: A Personal Account. *African Affairs*, vol. 66, n. 352, 1989, p. 401.

²³ CROWDER, Michael. Us and Them: The International African Institute and the Current Crisis of Identity in African Studies. *Africa*, 57, 1, 1987, p. 112. Ver também MOORE, Sally Falk. Changing Perspectives on a changing Africa: the Work of Anthropology. In: BATES, Mudimbe, O'BARR. *Africa and the Disciplines*, p. 9.

²⁴ BRIZUELA-GARCIA, Decolonising African History, p. 28. Na década de 1980, por outro lado, no rastro da diminuição do interesse inglês pelas ex-colônias africanas, houve uma queda no apoio aos estudos africanos na Inglaterra e poucos africanistas eram sequer consultados pelo governo quando da formulação de políticas para a África. Ver HODDER-WILLIAMS, Richard. African Studies: Back to the Future. *African Affairs*, vol. 85, n. 341, 1986, p. 598.

²⁵ BRIZUELA-GARCIA, Decolonising African History, p. 70.

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
PARANÁ

pós-graduação em História da África em solo americano, formando vários integrantes da primeira geração de africanistas americanos – muitos deles ainda em atividade. Esta empreitada foi baseada num modelo que apregoava que o estudo da África deveria ser feito num programa que englobasse outras regiões do terceiro mundo– daí o nome “Program in Comparative Tropical History”.²⁶ Segundo Vansina, “o objetivo era treinar especialistas em História da África que também tivessem uma forte base em História comparativa”.²⁷ Entre 1963 e 1999, oitenta e sete historiadores obtiveram doutorado em História da África na University of Wisconsin.²⁸

Embutido no modelo de Wisconsin, havia uma crítica direta ao caráter regional – paroquial – dos programas de doutorado em universidades americanas no período pré-*area studies*. A singularidade de Wisconsin era evidente mesmo em relação às universidades onde os estudos africanos também estavam em crescimento, como a Northwestern University. Enquanto Curtin criou um programa de estudos comparados e interdisciplinar de regiões tropicais em Wisconsin, Herskovits propôs o estudo da África em relação a História Afro-Americana.²⁹ Ao contrário da Northwestern, que tinha um dos centros de estudos africanos “mais antigos [dos EUA], mas infelizmente com pouca ênfase em estudos históricos”, desde o início a História ocupou espaço central em Wisconsin.³⁰

No cerne da “escola de Madison” estava a noção que os estudos africanos se caracterizaram por técnicas e metodologias fundamentalmente interdisciplinares. Apesar das importantes contribuições da linguística e arqueologia, a influência principal veio inegavelmente da antropologia - já então uma disciplina com longa, embora discutível, relação com a África.³¹ Segundo Miller, “a primeira geração de historiadores africanistas profissionais se baseou em

²⁶ CURTIN, *On the Fringes of History*, p. 130.

²⁷ VANSINA, *Living with Africa*, p. 102.

²⁸ SPEAR, Thomas, Fifty Years of African History at Wisconsin. *History Department Newsletter*, University of Wisconsin, 2009.

²⁹ BRIZUELA-GARCIA, *Decolonising African History*, p. 75; BRIZUELA-GARCIA, *African Historiography and the Crisis of the Institutions*, p. 140. Para a centralidade que a África acabou ocupando também na Northwestern University, ver GERSHENHOM, *Melville J. Herskovits and the Racial Politics of Knowledge*, p. 188.

³⁰ WILKS, Ivor. Resenha. *Ethnohistory*, vol. 43, no. 1, 1996, p. 174; LAWLER, Nancy, Ivor Wilks: A Biographical Note. In: HUNWICK, John & LAWLER, Nancy, eds. *The Cloth of Many Colored Silks: Papers on History and Society Ghanaian and Islamic in Honor of Ivor Wilks*. Chicago: Northwestern University Press, 1996, pp. 5-15.

³¹ SOUTHALL, Aidan. The Contribution to Anthropology to African Studies. *African Studies Review*, vol. 26, ns. 3/4, 1983, pp. 63-76; MOORE, *Changing Perspectives on a changing Africa*, p. 6.

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

disciplinas não-históricas estabelecida na África, principalmente a antropologia”.³² O diálogo com a antropologia criou um contraste com a Europa, onde o “passado colonialista” da antropologia não seria ignorado e inviabilizaria um diálogo com a História da África. Nos Estados Unidos, uma nação cuja passado colonialista direto era relativamente limitado, as condições seriam mais propícias para um diálogo entre as duas disciplinas.

Fazia-se assim um desafio direto às noções correntes sobre o que constituía a disciplina da História, principalmente a distinção entre Pré-história (atribuída às sociedades orais) e História (atribuída às nações).³³ Em termos metodológicos, a prática de pesquisa de campo (*fieldwork*) teria papel central, demarcando a historiografia africanista americana em relação às técnicas historiográficas convencionais.³⁴ A pesquisa de campo prolongada, assim como o aprendizado de línguas africanas, era parte integral da coleta de tradições orais. Até o final da década de 1950, segundo Vansina, o consenso era de que os historiadores deveriam se valer dos antropólogos para a coleta de fontes orais, o que ajuda a explicar a interação com a antropologia que marcou a geração inicial de africanistas americanos.³⁵ Em breve, a tríade – pesquisa de campo, domínio de línguas africanas e coleta de tradições orais – se tornaria marca registrada da historiografia africanista produzida na University of Wisconsin e influenciaria vários outros programas de estudos africanos americanos.³⁶

Além da influência da antropologia, o contexto político das independências africanas explica em parte a relevância que o uso de fontes orais iria assumir na primeira geração de africanistas americanos. O pressuposto era que as fontes escritas deixadas pelas administrações coloniais refletiriam o ponto de vista do colonizador e serviriam para “perpetuar” uma visão dos africanos como agentes passivos. Segundo Daniel McCall, “os documentos escritos carregam em si não só preconceitos mas também lacunas devido a falta de interesse – por parte daqueles que

³² MILLER, Joseph. History and the Study of Africa. In: MIDDLETON, John, ed. *Encyclopedia of Africa South of the Sahara*. New York: Macmillan, 1997, p. 306.

³³ HARMS, Robert. The Wars of August: Diagonal Narrative in African History. *American Historical Review*, vol. 88, n. 4, 1983, p. 809.

³⁴ NEWBURY, David. Research Perspectives on African History: An Introduction. *African Studies Review*, vol. 30, n. 2, 1987, p. 2.

³⁵ VANSINA, Jan. Epilogue: Fieldwork in History. In: ADENAIKE, Carolyn & VANSINA, Jan, eds. *In Pursuit of History: Fieldwork in History*. Portsmouth: Heinemann, 1996, p. 128.

³⁶ VANSINA. *Oral History as History*.

escreveram e preservaram tais documentos – por certos tópicos, pessoas e eventos”.³⁷ Neste contexto, as tradições orais ofereciam um contraponto às fontes escritas em línguas européias, permitindo a recuperação de um passado africano que não havia sido registrado por fontes escritas, seja em língua européia ou africana. Nas palavras de Barbara Cooper, “o persistente compromisso dos africanistas em relação as fontes orais, sejam tradições ou narrativas pessoais, deriva de um saudável ceticismo sobre o status das fontes escritas, em geral produzidas por observadores externos, enquanto única fonte de evidência sobre o passado africano”.³⁸

Redescobindo a Diáspora

Em análise recente, a cientista política Pearl Robinson destacou a existência de duas tradições de estudos africanos nos Estados Unidos. A primeira seria uma tradição que se confunde com o Pan-Africanismo e precede a institucionalização dos estudos africanos na década de sessenta.³⁹ Na definição de Martin e West, esta seria a “tradição transcontinental”, reunindo intelectuais afro-americanos e caribenhos como W. E. B. Du Bois, Carter G. Woodson, Alexander Crummell e Martin Delany.⁴⁰ Na essência, combinava ativismo social e político com uma rica produção intelectual, tendo como foco o estudo não só da África como também dos povos africanos na diáspora africana. Nas palavras de Martin, estes intelectuais “tinham há muito tempo concebido e estudado a África no contexto dos Afro-descendentes e de sua cultura através

³⁷ MCCALL, Daniel. Anthropology and History. *Journal of Interdisciplinary History*, vol. I, no. 1, 1970, p. 139.

³⁸ COOPER, Barbara. Oral Sources and the Challenge of African History. In: PHILIPS, John, ed. *Writing African History*. Rochester: University of Rochester Press, 2005, p. 193. Para o lado britânico, BRIZUELA-GARCIA, Esperanza. The History of Africanization and the Africanization of History. *History in Africa*, 33, 2006, p. 89.

³⁹ ROBINSIN, Areas Studies in Search of Africa, p. 1.

³⁹ SZANTON, The Origin, Nature, and Challenges of Area Studies in the United States, p.

⁴⁰ EDWARDS, Brent Hayes. The Uses of Diaspora. *Social Text* 66, vol. 19, n. 1, 2001, p. 45; GOMEZ, Michael. Of Du Bois and Diaspora: The Challenge of African American Studies. *Journal of Black Studies*, vol. 35, no. 2, 2004, p. 189.

do Atlântico”.⁴¹ No início do século XX, já tinham uma rede institucional que incluía revistas especializadas e organizações acadêmicas. Contudo, apesar da formação em universidades de elite (tanto Du Bois quanto Carter G. Woodson fizeram doutorado em Harvard), a maioria não conseguiu postos docentes em universidades de elite devido ao segregacionismo americano.⁴²

A segunda tradição de estudos africanos floresceu nas universidades de elite e se beneficiou diretamente dos financiamentos privados e governamentais disponíveis a partir dos anos cinquenta. Como analisado acima, tal perspectiva se tornou hegemônica. Além do acesso a financiamento, se diferenciava conceitualmente da tradição transcontinental ao estabelecer fronteiras restritas para os estudos africanos, que eram definidos pelo foco principal na África-subsaariana e pela exclusão da diáspora africana. Nas palavras de Carter, os “estudos africanos tratam dos africanos na África: sua História, cultura, ambiente, filosofias, aspirações, dificuldades e conquistas no tempo e espaço”.⁴³

Se não teve reconhecimento nos anos sessenta, contudo, a idéia de que a diáspora africana deveria ser parte integral dos estudos africanistas se tornaria peça central do discurso acadêmico africanista nos últimos dez anos.⁴⁴ Segundo Hayden, “os estudos africanos não devem ficar confinados a entidade geográfica conhecida como África”.⁴⁵ Mais recentemente, Akyeampong declarou que “estudos da diáspora chegaram para ficar (...) estudos africanos estão

⁴¹ MARTIN, William. After Area Studies: A Return to Transnational Africa? *Comparative Studies of South Asia, Africa and the Middle East*, vol. 16, n. 2, 1996, pp. 53-61; BUTLER, Kim. Clio and Griot: The African Diaspora in the Discipline of History. In: OLANIYAN, Tejumola & SWEET, James, ed. *The African Diaspora and the Disciplines*. Bloomington, Indiana University Press, 2010, pp. 21-53.

⁴² Na década de 1940, apenas três intelectuais Afro-Americanos tinham emprego como docentes em universidades “brancas” americanas. Ver HOLLOWAY, Jonathan. The Black Scholar, the Humanities, and the Politics of Racial Knowledge since 1945. In: HOLLINGER, David, ed. *The Humanities and the Dynamics of Inclusion since World War II*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2006, p. 220. Apesar de alguns destes intelectuais terem feito carreiras brilhantes nas universidades negras americanas, muitos tiveram acesso limitado a recursos para pesquisa. Ver MARTIN & WEST, *The Rival Africas and Paradigms of Africanists and Africans at Home and Abroad*, pp. 19-27; BRIZUELA-GARCIA, *Decolonising African History*, p. 25; Ver também HILL, *African Studies Programs in the United States*, pp. 66-67.

⁴³ CARTER, Gwendolen. African studies in the United States 1955-1975. *ISSUE: A Journal of Opinion*, vol. 6, ns. 2/3, 1976, pp. 2-4.

⁴⁴ MANNING, Patrick. Africa and the African Diaspora: New Directions of Study. *Journal of African History*, vol. 44, 2003, p. 493.

⁴⁵ HAYDEN, *African Studies in the Mid-1990s*, p. 14.

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

sendo revitalizados pela interação com histórias locais, regionais e oceânicas”.⁴⁶

Significativamente, pesquisa recente demonstrou que a maioria dos africanistas – 41% por cento - considera que o estudo da África deve incluir também as populações da diáspora africana.⁴⁷

Na base de tal mudança se encontram vários fatores. Primeiro, transformações na estrutura de financiamento americana, ocasionadas pelo fim da *Guerra Fria*, que levou a crise dos chamados *area studies* – incluindo, obviamente, estudos africanos. Já que o inimigo principal americano – a antiga União Soviética - não mais representava um perigo imediato ao imperialismo americano, a necessidade de produção de conhecimento para a área de segurança nacional americana passou por uma re-estruturação. Nesta, a África, que havia sido um dos teatros principais da Guerra Fria, perdeu importância geopolítica. Além do fator geopolítico, a crise dos *area studies* se fundamentava na noção que estes acarretavam uma especialização acadêmica excessiva e não refletiam as preocupações de um mundo globalizado, no qual a ideia de Estado Nação era superada por laços transcontinentais.⁴⁸ À crise de legitimidade, obviamente, se seguiu uma significativa diminuição de recursos para os *area studies*.⁴⁹

Para além da crise dos *area studies*, outro fator contribuiu para a saudável, embora tardia, inclusão da diáspora africana nos estudos africanos: as pesquisas sobre a História do tráfico Atlântico de escravos e escravidão no mundo Atlântico. No que toca ao tráfico de escravos, desde o início, tais estudos eram centrados no comparativismo e transnacionalismo. Tendo como marco central o trabalho do africanista Philip Curtin, tais pesquisas foram inicialmente marcadas pela quantificação, numa tentativa de precisar o número de africanos trazidos para as Américas. Mas o principal vetor de mudança talvez tenham sido os estudos de escravidão Atlântica, que primeiro se debruçaram sobre questão tipicamente “Herskovitsianas”, tais como a permanência

⁴⁶ AKYEAMPONG, Emmanuel. Africans in the Diaspora: the Diaspora and Africa. *African Affairs*, 2000, n. 99, pp. 183-215; ALPERS, Edward & ROBERTS, Allen. What is African Studies? Some Reflections. *African Issues*, vol. 30, n. 2, 2002, p. 13.

⁴⁷ BOWMAN, & COHEN, Identifying New Directions for African Studies.

⁴⁸ MIDDELL, Matthias & NAUMANN, Katja, Global History and the Spatial Turn: from the Impact of the Area Studies to the Study of Critical Junctures of Globalization. *Journal of Global History*, 5, 2005, pp. 149-170.

⁴⁹ MARTIN, e WEST, The Ascent, Triumph, and Disintegration of the Africanist Enterprise, pp. 106-111.

de culturas africanas nas Américas e o peso de tais culturas na formação de comunidades escravas nas Américas.⁵⁰

Conclusão

A evolução dos estudos africanos nos Estados Unidos foi condicionada pelas circunstâncias políticas e geopolíticas americanas e internacionais na década de sessenta, sobretudo a Guerra Fria, a luta pelos direitos civis e a descolonização da África. A configuração interna deste campo seria moldada a partir dos chamados *area studies*, com forte teor interdisciplinar e vocação para prolongada pesquisa de campo. O modelo de *area studies* tornou os estudos africanos uma “História de sucesso” nos Estados Unidos, contribuindo para a globalização dos currículos das universidades americanas e para a internacionalização dos departamentos de História. A partir de recursos generosos de agências privadas e do governo americano, os estudos africanos se tornaram parte vital do cenário acadêmico americano. No caso dos departamentos de História, por exemplo, não há nenhum departamento importante que não tenha pelo menos dois docentes com especialização em África.

Tensões foram marcantes desde o início, contudo, com controvérsias em torno da origem dos recursos de pesquisa, assim como a exclusão inicial da diáspora africana. Até muito recentemente, a polêmica em torno dos recursos de pesquisa oferecidos pelo governo americano dominou os bastidores dos encontros acadêmicos dos africanistas americanos. Mas talvez o problema principal do modelo de *areas studies* não tenha sido a excessiva dependência em relação aos fundos governamentais, mas sim o intuito de demarcar os estudos africanos como uma área específica, que dizia respeito apenas a África e excluía a diáspora Africana. Só recentemente esta tendência foi revertida. Nos Estados Unidos, o panorama atual dos estudos

⁵⁰ LOVEJOY, Paul. The Black Atlantic in the Construction of the ‘Western’ World: Alternative Approaches to the ‘Europeanization’ of the Americas. In: HOERDER, Dirk, HARZIG, Christiane e SHUBERT, Adrian (orgs.). *The Historical Practice of Diversity; Transcultural Interactions from the Early Modern Mediterranean to the Postcolonial World*. New York: Berghahn Books, 2003, pp. 109-133.

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

africanos combina elementos da chamada escola transcontinental e noções tipicamente derivadas das idéias do antropólogo Melville Herskovits.